

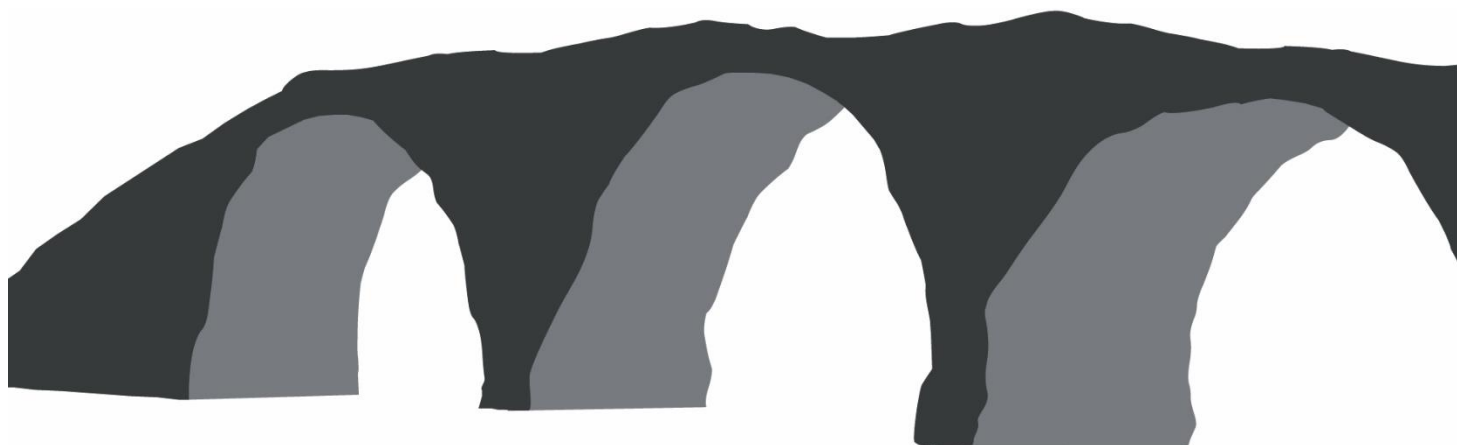
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 13 | Número 1 | Janeiro –Junho 2019
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

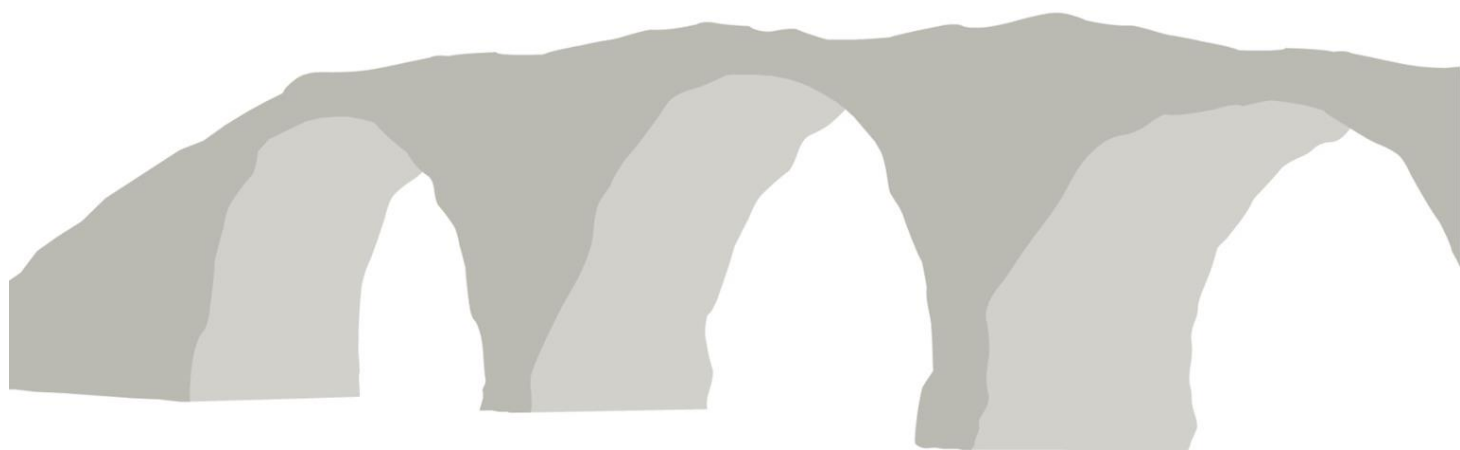
**OS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA:
ESTUDOS E PERSPECTIVAS**

**THE EPISTEMOLOGICAL PARADIGMS OF THE HISTORICAL
ARCHEOLOGY: STUDIES AND PERSPECTIVES**

Sérgio Nunes Lopes

Neli Teresinha Galarce Machado





Data de recebimento: 02/08/2018.

Data de aceite: 09/11/2018.

OS PARADIGMAS EPISTEMOLÓGICOS DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: ESTUDOS E PERSPECTIVAS

THE EPISTEMOLOGICAL PARADIGMS OF THE HISTORICAL ARCHEOLOGY: STUDIES AND PERSPECTIVES

Sérgio Nunes Lopes¹

Neli Teresinha Galarce Machado²

RESUMO

O presente estudo deriva das reflexões teórico-metodológicas iniciais de um processo de revisão bibliográfica a ser aprofundado em tese de doutoramento de um dos articulistas. Parte-se de considerações conceituais seguidas de correlações interpretativas levadas a termo em alguns estudos que compõem o ponto de partida da aludida revisão bibliográfica. As reflexões conceituais incidem transversalmente sobre o campo epistêmico da Arqueologia Histórica. A tese de doutoramento em processo tem como objeto as fazendas do período colonial situadas no interior do Rio Grande do Sul. Apresenta-se ainda um elenco de estudos realizados no mesmo contexto como forma de prospectar o trabalho em curso e justificar sua pertinência.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica, Cultura Material, Teoria, Metodologia.

RESUMEN

El presente estudio se deriva de las reflexiones teórico y metodológicas iniciais de un proceso de revisión bibliográfica que se profundizará en una tesis doctoral de uno de los investigadores. Las consideraciones conceptuales son seguidas de correlaciones interpretativas realizadas en algunos estudios que componen el punto de partida de la revisión bibliográfica aludida. Las reflexiones conceptuales se centran transversalmente en el campo de la arqueología histórica. La tesis doctoral en proceso tiene como objeto las fazendas de la época colonial situadas en el interior de Rio Grande do Sul. También se presenta un elenco de estudios realizados en el mismo contexto como una forma de prospectar el trabajo en progreso y justificar su relevancia.

Palabras clave: Arqueología Histórica, cultura material, teoría, metodología.

¹ Doutorando em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD/Univates), Mestre em Patrimônio Cultural (PPGPPC/UFSM), professor da Área de Humanidades da Universidade do Vale do Taquari – Univates e da Rede Municipal de Arroio do Meio/RS. E-mail: sergionl77@univates.br. <https://orcid.org/0000-0002-7421-0284>.

² Doutora em Arqueologia (MAE/USP), coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD/Univates), professora do curso de História da Universidade do Vale do Taquari – Univates. E-mail: ngalarce@univates.br. <https://orcid.org/0000-0003-1209-5353>.

ABSTRACT

This study derives from the first theoretical-methodological reflections of a process of bibliographical revision and deepened in a doctoral thesis of one of the authors. It is based on conceptual considerations followed by interpretative correlations carried out in some studies that compose the starting point of the mentioned bibliographic review. Conceptual reflections come across the epistemic field of Historical Archaeology. This doctoral process has as its object the farms of the colonial period located in the country of Rio Grande do Sul. It also presents a list of studies carried out in the same context as a way to prospect the work in progress and justify its relevance.

Keywords: Historical Archeology, material culture, theory, methodology.

INTRODUÇÃO

Estudar arqueologicamente contextos documentados por ciências que dividem o espectro conceitual arqueológico tem como premissa a necessidade de reflexões atentas tangentes às fontes que informam a dinâmica das relações humanas no espaço ao longo do tempo. Dessa perspectiva as reflexões referentes à consciência dos limites epistemológicos torna imperativa a definição de alguns conceitos com destaque para aqueles que suportam (no sentido de servirem como suporte) as informações a serem interpretadas.

Assim sendo, é preciso considerar, por exemplo, o alcance do que se considera documento e a aproximação desse conceito com os estudos que têm como ponto de partida a Cultura Material.

Em que pese a materialização do espaço e a concretude da Cultura Material, a polissemia que envolve um tempo que já não é, e as intencionalidades de sujeitos ausentes apresentam-se como sinalizadores que delimitam o perímetro do campo de estudo.

Os limites acima elencados são melhor visualizados no âmbito da Arqueologia Histórica. A subárea científica problematiza recortes temporais documentados, muitas vezes, por registros escritos. A reconstituição, ainda que parcial, dos espaços estudados incorpora ao elenco de fontes já visitadas informações específicas comprovando, refutando ou reelaborando um novo conjunto de hipóteses no contexto da pesquisa. Os pretensos problemas de cunho epistemológico, por vezes aí visualizados, vinculam-se ao prolongamento do paradigma científico formatado na Idade Moderna e depurado na segmentação científica contemporânea, cujas raízes estendem-se até as teorizações positivistas do século XIX.

As nuances discursivas habitam o subtexto de algumas definições conceituais carentes de reflexões equilibradas. Ainda se escuta os ecos da definição de Arqueologia como a ciência que estuda o passado das populações ágrafas. Essa é uma das possíveis atribuições dessa ciência.

A partir das aproximações acima enunciadas, entretanto, amplia-se a acuidade interpretativa das fontes em questão. Assim, tem-se a abordagem crítica aos documentos escritos. Outro movimento simultâneo consolida a redefinição do campo arqueológico mais profundamente.

Dessa perspectiva é possível indagar, por exemplo: quem produz os registros escritos? Quais as intenções de quem produziu os documentos acessados por historiadores, arquivistas, antropólogos, arqueólogos etc? Quais as interfaces possíveis de tais registros com fontes de outra natureza?

A resposta balizada a alguns dos questionamentos acima formulados conduz a reflexão para a visualização da pertinência dos estudos arqueológicos em diversos contextos de abrangência temporal variada. Ainda que etimologicamente a palavra Arqueologia remeta ao radical grego *archaios* = antigo, a interpretação da Cultura Material em contexto, permite a reconstituição de cenários socioculturais específicos relativizando o critério de antiguidade enquanto régua para aferir validade aos estudos.

Concepções atinentes ao tempo em estudos arqueológicos têm ocupado estudiosos desde o início de abordagens ao período colonial na América. O arqueólogo Ivor N. Hume, por exemplo, tangencia questões temporais ao definir o objeto de estudo da Arqueologia como “qualquer coisa produzida pelo homem em qualquer tempo” (Hume, 2001: 4).

Ainda concernente ao conceito de tempo é salutar ter em conta a advertência de Binford (1981), quando alerta que os sítios arqueológicos não estão imunes ao tempo. Ao problematizar os processos pós-deposicionais o arqueólogo americano adverte para a dinâmica do tempo e sua incidência no registro arqueológico. A esse

respeito ainda é preciso ter em conta que toda a pesquisa erige-se a partir dos problemas formulados em um tempo específico, a partir do qual lança-se um olhar sobre os testemunhos do passado.

A reflexão que segue pretende intensificar os questionamentos acima iniciados, cotejando-os com trabalhos levados a termo. Ainda que os exemplos sejam parciais, ter-se-á a partir deles pistas das escolhas metodológicas feitas pelos pesquisadores que vêm, desde os anos sessenta do século passado, reconfigurando o campo da Arqueologia. Outrossim, apresentar-se-á a incipiente caminhada da Arqueologia Histórica no Vale do Taquari/RS e a projeção para essa área a partir de abordagens a sítios arqueológicos com pesquisa em curso.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA PARA QUÊ?

A dinâmica social contemporânea apresenta as suas demandas para a ciência. Os debates acerca das ocupações humanas de determinados espaços e o manejo do que se encontra no ambiente está no horizonte das demandas em questão. Ainda que comportando estatutos específicos e assentada sobre uma estrutura epistemológica sedimentada a partir de esforços individuais e coletivos, essa perspectiva de contemplação e intervenção no mundo não está imune ao conjunto de valores e distorções convencionados conjuntamente. Em que pese a resolução de problemas imediatos não ser, necessariamente, uma atribuição da Arqueologia, se faz mister ter em conta tais dinâmicas.

As pesquisas levadas a termo no contexto de atuação dos articulistas procuram responder tais demandas na medida em que trazem à tona testemunhos arqueológicos a partir dos quais problematiza-se as sucessivas inserções de grupos humanos no espaço abordado. A escassez e a fragmentação documental acerca do período colonial na região pesquisada imputam à Arqueologia Histórica a constituição de registros a partir dos quais sejam viáveis reflexões arazoadas sobre o período.

O teor de pragmatismo manifesto no parágrafo anterior remete às primeiras evocações à Arqueologia Histórica no novo mundo. Ainda que a perspectiva da presente produção não comporte, nos estudos efetivados e em curso, o pragmatismo identificado, cabe a exemplificação como forma de responder o questionamento que inaugura essa seção, qual seja, Arqueologia para quê?

Segundo Deagan (2008), em 1797, os britânicos e as recém independentes treze colônias da América do Norte discutiam os limites de suas possessões. A disputa envolvia o curso do Rio St. Croix. Essa região fora ocupada anteriormente pelos franceses tendo sido ligeiramente cartografada pelo explorador Samuel de Champlain. Tendo em conta os limites tecnológicos do século XVII, período em que Champlain registrara um assentamento francês em St. Croix, e as usuais interpretações divergentes de tais registros de parte a parte, apelara-se para a localização física do povoado que já não existia. As prospecções e sondagens permitiram a localização das estruturas da antiga concentração francesa resolvendo, pelo menos momentaneamente, a questão.

Ainda que o exemplo mencionado tenha mobilizado técnicas que permanecem em uso nos procedimentos metodológicos concernentes à Arqueologia, não é possível visualizar uma concepção epistêmica inerente ao estabelecimento científico de uma área do conhecimento. Por outro lado, tem-se a coexistência de dois tipos de registro sobre o mesmo objeto. A escrita de Champlain é complementada com os testemunhos materiais evidenciados na prospecção empreendida.

A abordagem a contextos, fatos e situações históricas documentadas através da escrita por técnicas que, par e passo, constituirão o arcabouço da ciência arqueológica esteve em curso desde o século XV na Europa. Conforme Deagan (2008), as civilizações clássicas de Grécia e Roma e os cenários bíblicos passaram a ser pesquisados em sua dimensão material.

É, contudo, pertinente trazer para o centro dessa reflexão a perspectiva do que pode ser conceitualmente definido como documento. Em Le Goff (2003: 545) tem-se que o documento é “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que a detinham”. Ainda acerca da ressignificação do campo documental, Le Goff (2003: 526) pondera que “O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo”. Partindo-se da premissa que a escrita é apenas uma das formas de registro a partir da qual se pode aprender, é possível descolar a definição do que seja documento do domínio estrito dessa tecnologia. Tem-se como consequência algumas detecções emergentes, como a presente em Samara e Tupy (2007: 68): “Logo, diferente do passado, a democratização do conhecimento incentiva uma rica discussão sobre a própria definição de documento, permitindo afirmar que a pesquisa histórica não se restringe ao espaço especializado do arquivo textual”.

Coerente com tais reflexões, é conveniente aproximar os possíveis discursos da Cultura Material aos do conjunto de fontes constituídas a partir de outras tecnologias de registro. A condição precípua para isso é a de complementaridade da qual devem estar munidos os procedimentos heurísticos no tratamento do conjunto de fontes mobilizadas. Ainda no elenco das condições está a concepção do que seja Cultura Material. Em Meneses (1998), parte-se da premissa que Cultura Material é todo o segmento do universo físico socialmente apropriado. Definições como essa convergem para o núcleo das ponderações tangenciadas nessa produção.

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO BRASIL: ALGUNS EXEMPLOS

Esforços exitosos já foram empreendidos no que tange a levantamentos históricos acerca da constituição do campo da Arqueologia Histórica no Brasil. Esse segmento do artigo em curso não pretende reproduzir na íntegra o que, de forma muito pertinente, já fizeram autores como Funari, Lima e Symanski, entre outros. A referência aos autores mencionados tem duas motivações básicas, primeiro a abordagem de contextos arqueológicos semelhantes aos estudados no âmbito de pesquisa dos articulistas dessa produção. A segunda motivação é a discussão, levantada por aqueles autores, de questões transversais na constituição do campo epistêmico da Arqueologia Histórica.

Pedro Paulo Abreu Funari, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador com contribuições relevantes em várias universidades do mundo, por exemplo, apresenta-se como referência nesse estudo, especialmente por sua produção tangente ao período colonial do Brasil. Suas pesquisas arqueológicas referentes ao Quilombo dos Palmares apresentam dados e sugerem metodologias passíveis de teste no contexto pesquisado.

Além de Funari, Tania Andrade Lima, coloca-se como referência no âmbito da presente pesquisa, entre outros imperativos, por apresentar didaticamente a constituição da Arqueologia Histórica na produção bibliográfica brasileira. Professora associada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a pesquisadora problematiza o estudo da cultura material a partir de uma perspectiva cara à tese da qual esse trabalho deriva. Luís Cláudio Pereira Symanski é outra

referência aludida na persente abordagem. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Symanski inscreve-se no horizonte da presente pesquisa por trabalhar, entre outros aspectos, a arqueologia da diáspora africana. As fazendas abordadas na tese em elaboração contavam com mão de obra escrava. Os trabalhos de Symanski que discutem as técnicas de escavação e a interpretação da cultura material vinculados a essa temática são de apreciação imprescindível.

Antes de alguns exemplos específicos a partir da produção de cada um dos autores acima apresentados cabe, ainda, uma ponderação geral de forma a alinhar as fronteiras da perspectiva arqueológica evocada. Se, na seção anterior, apontou-se que a delimitação do campo da Arqueologia Histórica, não está condicionado exclusivamente ao domínio ou não da tecnologia da escrita, imediatamente passa-se a refletir sobre outra definição parcial, por muito tempo tida como total, a econômica.

Segundo Funari (2007), vincula-se com ênfase o modo de produção capitalista e seu “transplante” para a América, à conceituação de Arqueologia Histórica. O autor, contudo, adverte que:

(...), a priorização do capitalismo como foco de estudo coloca sua emergência, avanço e eventual dominação como sendo um processo inevitável, ficando além da consciência ou controle dos atores sociais, particularmente dos grupos subordinados. A suposta “inexorabilidade” do capitalismo e o seu poder em governar as mentes das pessoas, criando uma sociedade disciplinar, é um conceito que pode levar a subavaliação da resistência e da heterogeneidade, “achatando” sociedades passadas ao retratá-las enquanto uma cultura uniforme. Racionalidade instrumental não deveria ser interpretada como o único caminho, livre de contrapontos, de se pensar no capitalismo (Funari, 2007: 55).

A complexidade contida nas múltiplas interfaces que envolvem as relações sociais extrapola a perspectiva, exclusivamente, econômica. A Cultura Material, tomada a partir da definição apresentada nessa produção, pode ser tanto ponto de partida quanto complemento para o estudo de contextos sobre os quais versem abordagens acerca de configurações sociais e suas permanências, transformações ou rupturas. Assim sendo, toda a sorte de registro material torna-se signo passível de decifração. O signo, tomado da perspectiva foucaultiana e “associado” à Cultura Material, amplifica o campo epistêmico e verticaliza abordagens que fazem emergir relações complexas a partir das evidências que compõem os sítios estudados pela Arqueologia Histórica³.

As referências antes postas atenuam a consciente omissão de uma descrição linear e pormenorizada das etapas pelas quais passam os estudos arqueológicos recorrentes em artigos de revisão na América. Alguns trabalhos publicados, inclusive no Brasil, cumprem essa função com propriedade. É passível de menção, por exemplo, o capítulo redigido por Symanski, na obra *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*, organizada por Walter Fagundes Morales e Flavia Prado Moi. Nessa produção Symanski menciona uma série de estudos no contexto brasileiro, refletindo acerca do crescimento recente da subdisciplina “(...) é impraticável realizar uma revisão exaustiva, que contemple todos os trabalhos publicados, nos moldes daquela realizada por Lima (1993) para o período entre 1960 e 1991 (...)”. (Symanski, 2009: 297).

A concepção de modelos de análise histórico-cultural, processual e pós-processual é importante para a reflexão de pesquisas específicas. Erika Marion Robrahn-González, por exemplo, apresenta uma síntese

³ Para Foucault: “Não há sentido exterior ou anterior ao signo; nenhuma presença implícita de um discurso prévio que seria necessário restituir para trazer à luz o sentido autóctone das coisas. Mas também não há ato constituinte da significação nem gênese anterior à consciência. É que entre o signo e seu conteúdo não há nenhum elemento intermediário e nem uma opacidade. Os signos não têm, pois, outras leis, senão aquelas que podem reger seu conteúdo: toda a análise de signos é, ao mesmo tempo e de pleno direito, decifração do que eles querem dizer” (Foucault, 1999: 91).

didática de abordagens que reconstituem esse caminho. Seu trabalho foi publicado na Revista da Universidade de São Paulo há quase duas décadas e constitui-se em ponto de partida para trabalhos que objetivem historiar as perspectivas tangentes ao *modus operandi* da Arqueologia na contemporaneidade.

Dadas as efusivas referências na literatura específica no que tange a esse caminho, optou-se por conduzir a reflexão sobre outros aspectos, como as implicações da temporalidade, fator tomado de duas perspectivas: primeiro em relação ao distanciamento cronológico do contexto em estudo e em segundo lugar pela distinção entre o tempo físico, implícito na primeira perspectiva, e o tempo humano a ser levado em conta na análise da Cultura Material em estudo. Tendo em conta as considerações antes referidas a partir das ponderações de Hume (2001) e Binford (1981), se por um lado não há limitações quanto à idade do que se pretende estudar, por outro, as rupturas e permanências na forma como os grupos humanos se relacionam entre si e com o meio manifestam-se na visualização da Cultura Material em contexto.

Partindo-se de premissas como a atemporalidade das possibilidades de estudo e a emergente necessidade de reflexões sobre processos históricos, cujos desdobramentos atrapalham a consolidação de valores basilares, como o respeito à diversidade e à democracia, alguns estudos encontram, além de amparo epistêmico, justificação social. Entre os recortes que observam tais demandas está o que apresentam Orser Jr e Funari (2012) acerca da “Arqueologia da resistência escrava”. Epistemologicamente tais abordagens coadunam com as reflexões de Hume (2001) acerca do tempo do registro arqueológico inscrito na Cultura Material em análise. Por outro lado, tendo em conta a transversalidade do conceito de documento evocado nessa produção, é possível a visualização do cotidiano das comunidades que resistiram à condição que um determinado tempo histórico lhes atribuiu. Partindo da emergência de estudos arqueológicos atinentes à escravidão na América, aqueles autores rompem com as abordagens exclusivamente econômicas do evento. As análises envolvendo a Cultura Material das populações escravizadas têm enveredado para temáticas como: dieta, religiões, mitos, simbologia escatológica, expressão material da etnicidade, estabelecimento de grupos dominantes e, principalmente, a materialização da resistência (Orser Jr & Funari, 2012).

A materialização da resistência, como concerne aos estudos arqueológicos, é de difícil detecção no contexto de fazendas e demais *locus* de “subjugação”. Orser Jr e Funari (2012), entretanto, apontam a pertinência de escavações em sítios identificados historicamente como quilombos, enaltecendo o signo da resistência materializado nesses lugares e na Cultura Material daí proveniente.

A base epistêmica para a identificação da resistência escrava na América, conforme, os arqueólogos antes mencionados, provém dos estudos do cientista político James Scott. Em abordagens concernentes à Malásia nas décadas de 80 e 90 do século passado, Scott identificara a perenidade das atitudes de resistência dos trabalhadores rurais diante da truculência dos proprietários de terras para os quais trabalhavam. Dessa perspectiva rompe-se com a ideia de levantes esporádicos. Assim sendo, é possível identificar, com mais facilidade, na Cultura Material forjada pelos trabalhadores escravizados, a manifestação de desconformidade com a condição que lhes fora imposta. Exemplifica essa situação as pesquisas arqueológicas efetivadas na antiga sede do Quilombo dos Palmares (Orser Jr & Funari, 2012).

Estudos de contextos como o acima mencionado reforçam a atemporalidade tanto da perspectiva da abordagem quanto da relevância dos resultados das pesquisas levadas a termo. No que concerne à abordagem, tem-se acesso a um registro singular que pode corroborar ou oferecer novas perspectivas em relação ao que já se produziu a partir dos relatos dos viajantes ou das fontes seriadas constantes dos arquivos existentes no país. No que tange aos resultados, dar a conhecer de uma outra perspectiva, lugares reivindicados a partir de pautas

tangentes à identidade de determinados grupos promove o intercâmbio de conceitos de campos científicos estabelecidos. Symanski e Zanettini (2010), por exemplo, aproximam os registros materiais de comunidades afro-brasileiras do Vale do Rio Guaporé em Mato Grosso e Rondônia do conceito de Patrimônio Histórico e Cultural. Organizando informações de origem documental e bibliográfica, os autores movem-se no espaço dos sítios históricos identificando permanências culturais que resistiram à travessia do Atlântico. Todo esse processo, visualizado pelos autores sob a égide do conceito de etnogênese, não é alheio à resistência formatada nos quilombos do período colonial e na continuidade das migrações forçadas oriundas das pressões fundiárias do século XX.

Grifando ainda a atemporalidade para as abordagens arqueológicas, é possível mencionar a obra de Plens (2016), que transita pela região metropolitana da São Paulo oitocentista, trazendo à tona contatos interétnicos em um contexto de modernização e recrudescimentos da urbanização. Trata-se, assim, de um recorte temporal recente de abordagem impensável em épocas de vigência dos paradigmas arqueológicos de outrora que preconizavam o distanciamento temporal como delimitador para os estudos. A vila de Paranabiaca, objeto de estudo da autora, é testemunha e produto da materialização de transformações dramáticas da paisagem. A vila construída para abrigar os operários que construíram a estrada de ferro que ligava Santos a Jundiá enseja reflexões acerca da organização geoeconômica de então. É oportuno mencionar que o empreendimento fora levado a termo pela *The São Paulo Railway Company Co. Ltd.* Inaugurada em 1865, a estrada é um testemunho da segunda revolução industrial de impactos mundiais em solo brasileiro.

Como advertido no parágrafo inaugural da presente seção dessa produção, não está entre as pretensões do estudo em curso a apresentação pormenorizada de tudo o que já se levantou do ponto de vista da Arqueologia Histórica no Brasil. Dada a relevância e a decisiva atuação na configuração do campo de pesquisa, optou-se por concluir o segmento delimitado nesse subtítulo com algumas considerações acerca de trabalhos levados a termo pela arqueóloga brasileira Tania Andrade Lima. Tendo em conta o vasto material produzido por Lima e seus orientados, optou-se por mencionar apenas determinadas obras de sua estirpe com duas características básicas: reflexões epistemológicas gerais e historicização do campo de pesquisa.

Obedecendo os preceitos supra postos é passível de menção o artigo intitulado “Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)”. Na publicação veiculada nos Anais do Museu Paulista em 1993, Lima reflete criticamente acerca da “subalternidade” conferida à Arqueologia Histórica em seus primeiros tempos no Brasil. Conforme a autora, nos primeiros anos, cumprindo uma função estritamente arqueográfica, o campo interpretativo específico inexistia. As pesquisas levadas a termo a partir da década de 1960, contudo, incorporam, paulatinamente, o viés interpretativo alinhando concepções epistêmicas específicas.

O estudo expõe algumas dificuldades como a fragmentação dos estudos em decorrência da pouca comunicação entre os profissionais com pesquisas afins. Como se não bastassem as limitações técnicas, tem-se outras discussões de fundo na configuração do campo epistêmico,

Cria de filiação incerta, ora atribuída à História, ora à Antropologia, vive ainda a ambigüidade de um processo de individuação que não se consuma e não se consumará nunca, enquanto a comunidade não se conscientizar de que esta é uma disputa sem vencedores (ver Deagan 1982). Não se trata de saber qual a orientação teórica mais adequada, entre as duas, mas sim de conseguir utilizar combinadamente, de ambas, os princípios que devem nortear um campo que apresenta objetivos híbridos, buscando a integração da perspectiva histórica à antropológica (Lima, 1993: 230).

A autora anexa àquela produção uma lista de trabalhos que testemunham o avanço gradual do campo de pesquisa e a sua depuração teórico-metodológica. Como se pode depreender, há uma demanda de trabalhos práticos que é apresentada concomitantemente à constituição do campo epistêmico. Partindo-se do pressuposto que, par e passo, rompe-se com concepções herméticas de estabelecimento dos campos científicos, esse movimento sincrônico é saudável e potente em estudos como os que pavimentam os caminhos para as pesquisas na atual conjuntura.

No estado do Rio Grande do Sul, após um período de concentração das pesquisas nas ruínas das missões jesuíticas na fronteira Noroeste, trabalhos relevantes tomaram corpo com foco em sítios domésticos. Esse passo é empreendido, por exemplo, pelos trabalhos referenciais de Luís Cláudio Pereira Symanski (1997) e Fernanda Bordin Tocchetto (2004).

Ao trazerem à tona a tralha doméstica de agentes sociais do século XIX em Porto Alegre, Symanski e Tocchetto avançam para abordagens de caráter processualista e pós-processualista. O campo epistêmico da Arqueologia Histórica deixa, portanto, o exclusivismo histórico-culturalista, abordagem mormente explorada até então. A visualização dessa mudança pode ser atestada nos trabalhos de revisão publicados por Lima (1993) e Symanski (2009). Enquanto Lima elenca uma série de trabalhos que inauguram a abordagem arqueológica às missões jesuíticas de uma perspectiva histórico-culturalista, Symanski aponta para o trabalho da arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto, que avança para abordagens que tem em conta a visualização de signos étnicos na cultura material missioneira.

Se o exame bibliográfico conduz a reflexão a essa síntese em contextos mais amplos, regionalmente não se foge à “regra”. Alguns trabalhos, tangentes ao campo da Arqueologia Histórica, efetivados no estado do Rio Grande do Sul foram, prioritariamente, impulsionados por demandas conjunturais. O sensível impulso de políticas públicas voltadas à cultura na primeira década do século XXI, no Brasil⁴, ensejou processos de restauração de centros históricos em algumas cidades, o que resultou em pesquisas relevantes no âmbito da Arqueologia Histórica.

Na esteira dos trabalhos visitados, a presente produção, bem como seu aprofundamento na tese de doutoramento, intui trazer para a cena do contexto abordado recortes cronológicos pouco estudados. O período colonial da região apresenta lacunas por conta da escassez de fontes documentais ou por falta de acesso às mesmas. Dessa perspectiva a Cultura Material tomada a partir do enunciado de Lima (2011), que a preconiza como a materialização das relações sociais potencializa a identificação das rupturas e permanências na forma como o espaço foi ocupado ao longo do tempo.

⁴ À guisa de ilustração, é possível mencionar: o Programa Monumenta, que restaura edificações públicas e incentiva o restauro de edificações privadas e que lançou mão de técnicas e de alguns procedimentos metodológicos atinentes à Arqueologia Histórica; a instituição do Decreto número 3.551 de 04 de agosto de 2000, que Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências; a Lei 11.906 de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), entre outras iniciativas.

FOCO DO ESTUDO: A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO VALE DO TAQUARI/RS

Por tudo o que se delineou até a presente seção deste artigo, não é de difícil conclusão que trabalhos com enfoques teórico-metodológicos atinentes à Arqueologia Histórica são recentes. Tomando-se a Região do Vale do Taquari no estado Rio Grande Sul como amostra, tem-se esse fator ainda mais evidente.

A região em questão dista, em média, 120 km da capital (Porto Alegre), e seu topônimo está associado ao rio de maior vazão que a recorta no sentido Norte-Sul. A divisão geopolítica convencionada ao longo do tempo, com base em fatores econômicos e sócio históricos, lastreia as decisões pragmáticas no âmbito da administração pública. Por esses critérios, conforme o Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT, a microrregião circunscreve contemporaneamente 36 municípios.

Conforme Kreutz,

Os estudos em Arqueologia no Vale do Taquari são recentes, pois as pesquisas sistemáticas foram iniciadas apenas no ano 2000. Em anos anteriores apenas foram realizados: caminhamentos em locais onde foram localizadas cerâmicas; contato com proprietários de terras, onde haviam sido encontrados fragmentos arqueológicos; cursos rápidos sobre arqueologia e coletas superficiais (Kreutz, 2008: 55).

Os estudos de Kreutz (2008) aludem as abordagens tangentes à Arqueologia de forma ampla, ou seja, sem distinguir enfoques específicos concernentes à Arqueologia Histórica.

Alguns trabalhos realizados no âmbito da pesquisa acadêmica mobilizaram técnicas atinentes à Arqueologia Histórica, entretanto as análises se fizeram esparsas por conta da amplidão do projeto que respaldou academicamente as primeiras pesquisas. Em que pese tais ressalvas, algumas publicações dimensionam a potencialidade dos sítios prospectados. As prospecções, contudo, são apenas parciais o que enseja a consciência no que tange à premência do trabalho a ser levado a termo. As publicações nesse âmbito são Trabalhos de Conclusão de Curso, artigos acadêmicos e comunicações em eventos.

No que tange aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), algumas pesquisas lançam mão de técnicas que compõem o *modus operandi* da Arqueologia Histórica, sem utilizar na íntegra a perspectiva metodológica tangente à área. A referência mais direta e a experiência metodológica mais eloquente, em relação aos TCCs produzidos no âmbito do Curso de História da Universidade do Vale do Taquari – Univates, foram efetivadas por Diego Antônio Gheno na monografia intitulada “Arqueologia histórica no Vale do Taquari/RS: análise dos recipientes de vidro da casa comercial de Arnaldo Fensterseifer - Roca Sales/RS”.

Os artigos acadêmicos publicados até então mencionam as prospecções feitas e aproximam a Arqueologia Histórica de outros conceitos correntes na historiografia com ênfase na perspectiva da história cultural. Entre esses trabalhos consta: “O Patrimônio cultural sob as lentes da Arqueologia Histórica – colonização e imigração no Vale do Taquari/RS”. Nessa produção enuncia-se a aproximação da Arqueologia Histórica com o Turismo e com a perspectiva da Educação Patrimonial. As técnicas de prospecção são apresentadas e as características gerais de alguns sítios recebem atenção. As reflexões são aprofundadas em outro artigo intitulado “Arqueologia Histórica e a Problemática do Patrimônio: discussões acerca da preservação, turismo e educação patrimonial no Vale do Taquari”. Nessa produção retoma-se a conveniência da aproximação das áreas enunciadas e relata-se cronologicamente as pesquisas levadas a termo e as potencialidades das mesmas tendo em conta o estado embrionário das abordagens.

Além dos trabalhos publicados em revistas específicas acima mencionados, empreendeu-se uma série de publicações em anais de eventos tangentes à área de História, Arqueologia e Patrimônio Cultural. Esses trabalhos foram apresentados na forma de comunicações orais em Simpósios Temáticos nos eventos nos quais foram inscritos. Algumas das produções serão brevemente enunciadas. O critério para a apresentação de alguns trabalhos em detrimento de outros é a potencialidade quanto à discussão metodológica.

O trabalho intitulado “Do Alicerce ao telhado: a arquitetura como documento arqueológico” discutiu a relevância de abordagens arqueológicas nos espaços domésticos e a simbologia expressa na representação simbólica relativa ao exterior das estruturas arquitetônicas. Na comunicação “Os cacos do passado de presente para o futuro: as pesquisas em Arqueologia Histórica no Vale do Taquari/RS”, fez-se um primeiro esforço em sistematizar os trabalhos de prospecção dos sítios visitados com ênfase nos fragmentos de louça encontrados em superfície.

Intercalando momentos de reflexões mais ou menos assíduas, por conta de trabalhos conjuntamente demandados, com hiatos decorrentes dos processos desafiadores que atravessam a pesquisa no Brasil, tais como descontinuidade nos processos de Iniciação à Pesquisa por carência de pessoal ou fomento, as produções no âmbito da Arqueologia Histórica no contexto estudado trazem à tona uma série de objetos carentes de abordagens e reflexões sistemáticas. São ruínas de fazendas do período colonial e imperial do Brasil, estruturas arquitetônicas que testemunham as últimas ondas migratórias desde a Europa além de uma série de vestígios na paisagem, como caminhos abandonados, atafonas e moinhos superados em suas funções pela industrialização contemporânea.

É forçoso reconhecer, contudo, que em menos de duas décadas de pesquisas em Arqueologia Histórica no Vale do Taquari/RS, os estudos e publicações ensejaram revisões de narrativas historiográficas compostas ao arpejo das evidências documentadas pela Cultura Material antes ignorada. Ao estabelecer conexões mais amplas com projetos de pesquisa que ancoram programas de pós-graduação de proeminentes produções acadêmicas e relevantes impactos sociais, algumas iniciativas tendem ganhar fôlego por conta de abordagens no âmbito de pesquisas em nível de mestrado e doutorado. As reflexões que aproximam as abordagens do campo da História Ambiental têm fomentado discussões no campo do planejamento dos espaços urbanos e rural pelo poder público. Ainda dessa perspectiva as Secretarias Municipais de Educação e Cultura demandam à universidade a escrita da história das municipalidades. Em trabalhos dessa natureza os dados produzidos na pesquisa são referenciados e tratados pedagogicamente.

A PESQUISA EM CURSO: COMPONDO CAMINHOS

Coerente com a problematização central das reflexões que essa produção pretende – quais sejam a atemporalidade das abordagens arqueológicas e a potencialidade da Cultura Material – julga-se conveniente prospectar estudos em curso enunciando aspectos que apontam as nuances epistemológicas aludidas.

A história regional do espaço abordado por algumas pesquisas em curso está munida de registros efusivos do protagonismo social dos grupos humanos aí estabelecidos a partir de meados do século XIX. As hipóteses para esse estado-da-arte vão desde a facilidade de acesso às fontes, passando pela proximidade temporal com o contexto abordado, mas não devem desconsiderar os meandros ideológicos implicados na invisibilidade histórica de alguns grupos sociais. É preciso ter em conta que a região implicada nas aludidas pesquisas também

foi Brasil colônia. Ao contrário das representações mais difundidas, no período imperial, a exploração do trabalho escravo, por exemplo, era um expediente passível de uso também nesse local. Foi preciso anos de pesquisa para que se pudesse trazer à tona a exploração da mão de obra cativa pelos imigrantes germânicos, por exemplo.

Entre as publicações que tratam desse assunto tem-se a monografia de Eloisa Franz, intitulada “O Negro Taquariense: do escravismo ao abolicionismo”, publicada em 2009, na Biblioteca Digital e física do então Centro Universitário Univates, como trabalho final de sua graduação em História. Na pesquisa, a autora lança mão de documentos inexplorados até então na produção historiográfica local. Outro trabalho a exemplificar tal abordagem foi publicado pelo pesquisador e professor dos cursos de graduação em História e pós-graduação da Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, Marcos Antônio Witt. Nesse trabalho intitulado “Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas”, o pesquisador problematiza os contatos entre as etnias em estranhamento em um espaço novo para ambas. Outra publicação a colocar no mesmo contexto africanos escravizados e imigrantes alemães intitula-se “Teutas alforrias: experiências de cativo e liberdade em uma zona de imigração europeia”. Tal produção também resulta das reflexões levadas a termo no âmbito das pesquisas realizadas na Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos e tem como autores o professor Paulo Roberto Staudt Moreira e o então doutorando pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Miqueias Henrique Mügge.

Alguns trabalhos oriundos de levantamentos preliminares e processos sistemáticos de escavação arqueológica encetam discussões que reforçam as premissas epistêmicas sobre as quais versam essa produção. A negligência a processos históricos documentados pela Cultura Material, par e passo, vêm à tona.

São comunicações em eventos científicos que rendem boas reflexões e suscitam itinerários relevantes tanto do ponto de vista do resultado dos trabalhos levados a termo quanto da perspectiva da depuração teórico-metodológica implicada no processo de pesquisa. À guisa de ilustração convém mencionar o trabalho “A Arqueologia Histórica nas pesquisas sobre escravidão no Vale do Taquari/RS”, apresentado no âmbito do XIII Encontro Estadual da ANPUH/RS. Tangencia-se aí uma abordagem regionalmente nova para uma temática de discussões candentes como testemunham os trabalhos anteriormente mencionados. Nessa produção relata-se as incursões a campo a partir da organização das citações esparsas em trabalhos publicados e na documentação acessada pelos pesquisadores do Projeto de Pesquisa Arqueologia, História Ambiental e Etno-história do Rio Grande do Sul, projeto este vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates e coordenado pela professora Neli Teresinha Galarce Machado. Tais incursões permitiram a localização precisa de algumas estruturas arquitetônicas ensejando prospecções arqueológicas mais detalhadas como o registro das coordenadas geográficas para posterior aprofundamentos.

As pesquisas com vistas a reflexões mais profundas em abordagens que resultarão em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, como a mencionada neste estudo, avançam tendo em conta as especificidades metodológicas, sem desconsiderar, entretanto, o contexto das produções de ciências circunvizinhas. A historiografia intersecciona o campo de pesquisa da Arqueologia Histórica tornando ainda mais potentes os registros evidenciados.

O estudo de temáticas como a exploração da mão de obra cativa, por exemplo, demanda uma visita a produções que apresentem as especificidades do contexto impactado pela pesquisa. Dessa perspectiva é salutar partir-se da premissa que até o século XVIII, os territórios meridionais do que atualmente corresponde ao Brasil, não receberam atenção significativa do governo metropolitano português. A sucessão de tratados

firmados entre as nações ibéricas impactou decisivamente o manejo dos recursos naturais no Vale do Taquari/RS bem como nas relações entre os grupos humanos em contato nesse espaço (Müller, 1998; Relly, Machado & Schneider, 2008).

Trabalhos historiográficos recentes, como os de Moreira & Mugge (2013) e Franz (2009), antes apresentados, trazem à baila informações até pouco tempo ignoradas no que se refere à presença de descendentes africanos no Vale do Taquari/RS. A produção científica regional contemporânea, entretanto, carece de suportes locais que possibilitem a visualização do panorama sócio histórico e ambiental à época que a colônia portuguesa da margem Oeste do Atlântico redefinia-se jurídica e administrativamente.

O trabalho, ora ensaiado, emana de iniciativas amparadas pelo escopo do Projeto de Pesquisa “Arqueologia, História Ambiental e Etno-história do Rio Grande do Sul” vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - Univates. Considerando que o projeto tem entre os seus objetivos o estudo da colonização luso-portuguesa e afro-brasileira, a Arqueologia Histórica apresenta-se como um caminho possível para a satisfação do objetivo proposto. Assentado sobre bases teóricas da arqueologia e com discussões pertinentes à área da História Ambiental, o projeto em questão estuda a inserção dos diferentes grupos étnicos no espaço que abrange.

A partir da consciência da amplitude das conexões possíveis desde a perspectiva arqueológica, torna-se frutífero o contato com novas concepções epistêmicas, como prenuncia o projeto de pesquisa apresentado. Novas concepções em relação ao lugar do homem na sua relação com o espaço têm na percepção de elementos historiográficos, outrora invisíveis, e nas valências da Arqueologia Histórica, terreno fértil para a produção científica. Dito de outra forma: aproximar fontes de informação a partir da concepção alargada de documento enseja ângulos de observação do campo de estudo até então inexplorados.

Assim sendo, é possível por exemplo, revisitar contextos como o que reconsidera a forma como a metrópole europeia fez uso de suas possessões, pondo em relevo os impactos significativos sobre o ambiente. Os sucessivos ciclos econômicos alteraram espaços e produziram significativos problemas socioambientais. As implicações de ordem étnico-social dessa situação, em parte, são determinadas pela colocação de novos agentes sociais em cena. A região do Vale do Taquari/RS foi impactada por esse contexto mais amplo. Os registros sobre o passado histórico, em alguns casos, foram ideologicamente tornados invisíveis por conta da supressão de algumas memórias coletivas. Sobre isso Martinez (2006) adverte:

(...). Os processos produtivos que emergiram com a revolução técnica e informacional, no fim do século XX, induzem a um desabamento sistemático dos referenciais do passado, um dos elementos mais densos e poderosos na atribuição de sentido à vida social e à identidade aos indivíduos. E altera igualmente as paisagens e a organização do espaço. Esta transformação da memória coletiva suscita indagações quanto à sua própria natureza e a dos artifícios da sua elaboração, destruição e recriação sistemática. Esta é uma reflexão na qual os historiadores têm algo a contribuir, pois a história é uma das principais formas de construção da memória coletiva (Martinez, 2006: 16).

Como se pode perceber, os passos dados tanto pelo campo historiográfico quanto pelo aperfeiçoamento da Arqueologia Histórica tanto ampliam o campo de visão quanto podem aprofundar verticalmente os contextos estudados. A opção por uma ou outra abordagem decorre dos objetivos específicos de cada pesquisador.

CONCLUSÃO

Partindo dessa breve exposição do levantamento dos estudos realizados, percebe-se que a investigação resume e discute ideias necessárias para avançar no campo da Arqueologia Histórica. O recorte cronológico coincide com a reorganização fundiária da colônia portuguesa na América e com a inserção de açorianos e africanos na região estudada. Nas pesquisas que compõem o caminho por onde segue o fluxo das produções arqueológicas em elaboração são insofismáveis alguns pontos de partida quanto ao reconhecimento do contexto abordado. É preciso ter em conta, por exemplo, que grande parte dos limites do atual território do Rio Grande do Sul demarcava os territórios ibéricos na América.

Aspectos históricos trazem elementos que compõem o cenário de pesquisas na região em foco. É preciso ter em conta que se passou pouco mais de 18 anos. O ensejo está posto. Vários sítios e áreas foram prospectados. Os contextos fluem e as historicidades se aglomeram. É preciso voltar-se para os espaços e olhar para os “esquecidos” na História Regional. Nesse sentido, é preciso ter em conta, por exemplo, o século XVIII, no qual, após uma série de tratados diplomáticos e disputas entre Espanha e Portugal, tem-se a prevalência portuguesa no Rio Grande do Sul. O projeto de ocupação e exploração do território lusitano na América, como se pode inferir sem muito esforço a partir de revisões bibliográficas, comportou outro grupo humano que tornou ainda mais complexa a utilização do espaço e os impactos sobre o meio natural. Da mesma forma, a despeito das especificidades regionais, a opção pela mão de obra africana verificou-se também nos territórios ao Sul.

Estando o Vale do Taquari situado em uma das regiões mais férteis do planeta, acabou por se inserir no projeto português, entretanto, ocupando uma posição subsidiária das atividades levadas a termo no núcleo político da colônia. Outro elemento impulsionador da apropriação desse espaço pelos portugueses foi a relativa proximidade com os castelhanos, outrora, rivais no que tange à posse.

Os sítios arqueológicos prospectados tais como ruínas de antigas fazendas coloniais, atafonas e empreendimentos alusivos ao manejo do solo para a manipulação de cursos de água são os únicos documentos a partir dos quais se pode estudar *in loco*, a ocupação colonial do espaço abordado.

Nesse contexto figuram ruínas das sedes de antigas fazendas. Os latifúndios de outrora, na contemporaneidade, a partir das constantes reordenações fundiárias decorrentes do aumento da densidade demográfica, configuram-se na forma de pequenos poteiros e sítios. As informações, ainda esparsas, estão, par e passo, em organização de forma a compor o conjunto de dados sobre os quais se debruçam trabalhos como a tese de doutoramento da qual deriva essa produção.

No que já foi possível averiguar evidencia-se a organização fundiária assentada na doação de sesmarias que originou estâncias e fazendas, cujas estruturas arquitetônicas, muitas em ruínas, são testemunhos de um tempo sobre o qual a produção historiográfica apresenta lacunas importantes. Os registros documentais acerca da exploração do trabalho cativo na região, por exemplo, recentemente vieram à tona. Nos trabalhos de campo nas sedes das antigas fazendas é possível visualizar as casas principais preservadas ou em ruínas. É o caso, por exemplo, das sedes das fazendas Pedreira e Espanhola no município gaúcho de Bom Retiro do Sul/RS, que compõe a área circunscrita nos projetos de pesquisa acadêmica de forma ampla, abordagem que verticaliza-se no projeto de tese de um dos articulistas.

Considerando que os documentos recentemente visitados aludem ao trabalho sob regime de escravidão em fazendas como as supracitadas, alguns questionamentos se impõem: onde viviam os escravizados relegados àquela condição, uma vez que se localiza com mais facilidade apenas as estruturas da casa grande? O que é possível agregar, em termos de informações, acerca do cotidiano dos primeiros africanos presentes no Vale do Taquari/RS a partir da metodologia escolhida? Como descendentes de açorianos e africanos lançaram mão dos recursos naturais de que dispunha e dispõe a região? As potencialidades da ciência arqueológica na proposição de novos problemas de pesquisa realçam-se a partir da natureza das suas fontes de informação. Isso posto a partir do entendimento que, entre essas fontes está o que Lima (2011) denomina "a dimensão concreta das relações sociais", a Cultura Material.

A concretude das fontes não pode, entretanto, turvar a visão daquele que se põe diante do problema proposto. Coerente com as reflexões de Le Goff (2003) acerca da constituição do documento e das fontes históricas, está a postura sugerida por Lima (2011), a partir de definições como as de Meneses (1998) para Cultura Material concebendo-a como todo segmento do universo físico socialmente apropriado. A apropriação dos recursos dos quais o meio dispõe acarreta modificações no espaço ocupado por cada um dos grupos humanos em relação no contexto a ser estudado. Desse modo, concebe-se que as relações humanas, ao longo do tempo e em qualquer tempo, são mediadas por tudo o que compõe o espaço deixando nele vestígios/documentos/testemunhos a serem interpretados e relacionados com documentos de outra natureza.

Portanto, contextos estudados a partir de fontes documentais escritas são passíveis de estudo também a partir da Cultura Material. Ao incorporar-se essa fonte de informação aos estudos das relações sociais ao longo tempo tem-se um panorama mais abrangente dos contextos abordados. A partir das reflexões que trazem para a seara da Arqueologia Histórica o estudo de recortes cronológicos mais recentes potencializa-se narrativas que trazem para o primeiro plano agentes sociais outrora invisíveis.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é parte da tese de doutorado do primeiro autor, que está em processo de elaboração, no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Universidade do Vale do Taquari/UNIVATES. A pesquisa conta com o apoio do CNPq e da FAPERGS. A investigação foi desenvolvida no âmbito do projeto de pesquisa "Arqueologia, História Ambiental e Etno-história do Rio Grande do Sul", que tem apoio institucional da UNIVATES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BINFORD, L. R. 1981. Behavioral archaeology and the "Pompeii premise". *Journal of anthropological research*, vol. 37, n. 3. Pp. 195-208.
- CODEVAT – Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari. 2018. Disponível em: <<http://codevat.org.br>> Acesso em: abril de 2018.
- DEAGAN, K. 2008. Líneas de investigación en Arqueología Histórica. *Vestígios - Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica*, vol. 2, n. 1. Pp. 63-93.
- FRANZ, E. 2009. O Negro Taquariense: do escravismo ao abolicionismo. *Monografia. (Licenciatura em História)*, Curso de História, Centro Universitário Univates, Lajeado/RS.
- FOUCAULT, M. 1999. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8º ed. São Paulo: Martins Fontes.
- FUNARI, P. P. A. 2007. Teoria e a arqueologia histórica: a América Latina e o mundo. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 1, n. 1. Pp. 50-58.
- GHENO, D. A. 2012. *Arqueologia histórica no Vale do Taquari/RS: análise dos recipientes de vidro da casa comercial de Arnaldo Fensterseifer–Roca Sales/RS*. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado/RS.
- HUME, N. 2001. *A guide to artifacts of colonial America*. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press.
- KREUTZ, M. R. 2008. *O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari/RS*. (Dissertação de Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Universidade do Vale do Taquari, Lajeado/RS.
- LE GOFF, J. 2003. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas, Editora da Unicamp, 5ª ed.
- LIMA, T. A. 1993. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*, vol. 1. Pp. 225-262.
- LIMA, T. A. 2011. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 6, n. 1. Pp. 11-23.
- LOPES, S. N.; MACHADO, N. T. G. 2007. Do Alicerce ao telhado: a arquitetura como documento arqueológico. In: *XXIV Simpósio Nacional de Impostos*. Caderno de Programação do 24º Simpósio Nacional de História. São Leopoldo - RS: Oikos. Pp 136-136.
- LOPES, S. N.; MACHADO, N. T. G; GHENO, D. A. 2007. Os cacos do passado de presente para o futuro: as pesquisas em Arqueologia Histórica no Vale do Taquari/RS. In: *Anais do VI Salão de Iniciação Científica da Univates*. Lajeado - RS: Editora Univates. Pp. 60-60.
- MACHADO, N. T. G.; LOPES, S. N. 2008. O Patrimônio cultural sob as lentes da Arqueologia Histórica – colonização e imigração no Vale do Taquari/RS. *Estudo & Debate*, Lajeado/RS, vol. 15 n. 2. Pp. 51-70.
- MACHADO, N. T. G.; LOPES, S. N.; GHENO, D. A. 2009. Arqueologia Histórica e a problemática do patrimônio: discussões acerca da preservação, turismo e educação patrimonial no Vale do Taquari-Rio Grande do Sul. *História (São Paulo)*, vol. 28, n. 1.
- MARTINEZ, P. H. 2006. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez.

- MENESES, U. T. B. de. 1998. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21. Pp. 89-104.
- MOREIRA, P. R.; MUGGE, M. H. 2013. Teutas alforrias: Experiências de cativo e liberdade em uma zona de imigração europeia (São Leopoldo RS, séc. XIX). In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal/RN.
- MÜLLER, C. A. 1998. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gazeta Mercantil.
- ORSER JR, C.; FUNARI, P. 2012. Arqueologia da resistência escrava. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, vol. 1, n. 2. Pp.11-25.
- PLENS, C. R. 2016. *A Arqueologia da São Paulo Oitocentista: Paranapiacaba*. São Paulo: Annablume Arqueológica.
- RELLY, E.; MACHADO, N. T. G.; SCHNEIDER, P. 2008. *Do Taiaçuapé a Colinas*. Lajeado, Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Centro Universitário UNIVATES, Ed. da UNIVATES.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, É. M. 1999-2000. A Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *Revista USP*. São Paulo, n. 44. Pp. 10-31.
- SAMARA, E. de M., TUPY, I. S. S. 2007. *História & documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SCHMITT, F. C.; LOPES, S. N.; MACHADO, N. T. G. 2016. *A arqueologia histórica nas pesquisas sobre escravidão no Vale do Taquari/RS*. In: Anais do XIII Encontro Estadual da ANPUH/RS. Santa Cruz do Sul.
- SYMANSKI, L. C. P. 1997. *Grupos Domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no Século XIX: o Solar Lopo Gonçalves*. (Dissertação de Mestrado em História). Porto Alegre/RS: PUC/RS.
- SYMANSKI, L. C. P. 2009. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado (Org.). *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Annablume. Pp. 279-310.
- SYMANSKI, L. C. P.; ZANETTINI, P. 2010. Encontros Culturais e etnogênese: o caso das comunidades afro-brasileiras do vale do Guaporé. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 4, n. 2, p. 90-123.
- TOCCHETTO, F. B. 2004. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. (Tese de Doutorado em História). Porto Alegre/RS: PUC/RS.
- WITT, M. A. 2014. Sobre escravidão e imigração: relações Interétnicas. *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo/RS, vol.14. Pp. 21-35.